



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL GOIANO
CÂMPUS AVANÇADO IPAMERI**

ANDRÉA REZENDE BORGES

**O livro didático como espaço de produção, representação e interpretação: a
questão indígena em debate.**

IPAMERI - GO

Novembro/2020



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL GOIANO
CÂMPUS AVANÇADO IPAMERI
SEGUNDA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ANDRÉA REZENDE BORGES

**O livro didático como espaço de produção, representação e interpretação: a
questão indígena em debate.**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal Goiano, Campus Avançado Ipameri, como requisito parcial para obtenção de Título de Segunda Licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da Professora Ma. Hilma Aparecida Brandão.

IPAMERI - GO

Novembro/2020

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano

Borges, Andrea Rezende

BOL49I O livro didático como espaço de produção, representação e interpretação: a questão indígena em debate. / Andrea Rezende Borges; orientadora Hilma Aparecida Brandão. -- Ipameri, 2020.
30 p.

Monografia (Graduação em Licenciatura Pedagogia) -- Instituto Federal Goiano, Campus Ipameri, 2020.

1. Livro didático. 2. Indígenas. I. Brandão, Hilma Aparecida, orient.
II. Título.

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia - Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input checked="" type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional | Tipo: |

Nome Completo do Autor: Andréa Rezende Borges

Matrícula: 2018212222330023

Título do Trabalho: O livro didático como espaço de produção, representação e interpretação: a questão indígena em debate.

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 11/12/2020

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

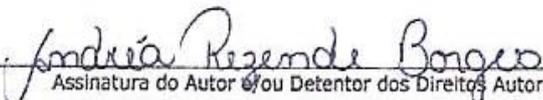
O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

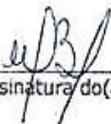
O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumprir quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Ipameri, 11/12/2020
Local Data


Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 37/2020 - CC-IPA/CENS-IPA/CMPAIPA/IFGOIANO

INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS AVANÇADO IPAMERI
CURSO DE SEGUNDA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
ATA DE DEFESA

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TC) DO CURSO DE SEGUNDA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

No dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte, às nove horas e trinta minutos, via Web conferência (GoogleMeet), sob a presidência da Professora M.a. Hilma Aparecida Brandão, reuniu-se, em sessão pública, a Banca Examinadora de Defesa do Trabalho de Curso da aluna Andréa Rezende Borges, do Curso de Segunda Licenciatura em Pedagogia, visando à obtenção do título de Graduada em Pedagogia. A banca constituída pelas professoras: M.a. Hilma Aparecida Brandão (orientadora) e presidente, Dr^a Ana Alice dos Passos Gargioni (membro interno) e M.a. Jaqueline Ferreira dos Reis (membro externo), que foi indicada pela aluna, com anuência da Coordenação do Curso. Iniciados os trabalhos, a presidência deu conhecimento aos membros da Banca e à candidata, das normas que regem a defesa de Trabalho de Curso. A seguir, a aluna passou à defesa de seu trabalho intitulado: "**O livro didático como espaço de produção, representação e interpretação: a questão indígena em debate.**" Encerrada a defesa, procedeu-se ao julgamento. Apuradas as notas verificou-se que a aluna foi **APROVADA**, com a nota **9,1**. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora e por mim, em vinte e sete de novembro de dois mil e vinte.

Andréa Rezende Borges - Acadêmica

Prof. ^a M.A. Hilma Aparecida Brandão- Orientadora e Presidente

Prof. ^a Dr^a Ana Alice dos Passos Gargioni- Membro Titular Interno

Prof. ^a M.a. Jaqueline Ferreira dos Reis - Membro Titular Externo

Documento assinado eletronicamente por:

- **Jaqueline Ferreira dos Reis, Jaqueline Ferreira dos Reis - Membro externo - Instituto Federal Goiano - Campus Avançado Ipameri (10651417000844)**, em 10/12/2020 14:03:55.
- **Hilma Aparecida Brandao, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 06/12/2020 12:17:16.
- **Andrea Rezende Borges, 201821222330023 - Discente**, em 03/12/2020 20:23:32.
- **Ana Alice dos Passos Gargioni, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 03/12/2020 17:19:32.
- **Jussara de Fatima Alves Campos Oliveira, COORDENADOR DE CURSO - FUC1 - CC-IPA**, em 03/12/2020 15:58:25.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 03/12/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 218651

Código de Autenticação: 0fdf003c46



Dedico este trabalho primeiramente a Deus por nos guiar e nos proteger no percurso de ida e vinda, a minha mãe Nivalda por sempre me amparar e me sempre apoiar, meu filho Breno por compreender minhas ausências em função dos estudos e viagens frequentes, meu esposo Jeismar por sempre me incentivar, aos meus amigos de estrada, Carolina, Celina, Késia e Leoney pela união em prol dessa conquista, aos colegas de sala, a todo o corpo docente do Instituto Federal Goiano Campus Avançado Ipameri, em especial minha orientadora Hilma Aparecida Brandão e a todos os amigos e familiares.

Muito obrigada!

O livro didático como espaço de produção, representação e interpretação: a questão indígena em debate.

Andréa Rezende Borges
Prof^a Ma. Hilma Aparecida Brandão

Resumo: A partir do desenvolvimento do tema “O livro didático como espaço de produção, representação e interpretação: a questão indígena em debate” temos como objetivo compreender como os povos indígenas estão sendo representados nos livros didáticos, após a implantação da Lei 11.645/2008, tendo como objeto de análise o livro de “História”, que constitui o “Projeto Buriti”. Obra publicada em 2014, pela Editora Moderna, estes livros são adotados no 3º e 4º ano do ensino fundamental I, nas escolas públicas da Cidade de Caldas Novas – GO. O desenvolvimento do tema aliado às próprias vivências em sala de aula nos possibilitou verificar que há uma abordagem superficial e estereotipada sobre o tema, tanto nos livros didáticos, como também na própria organização dos professores ao abordarem o assunto. Os povos indígenas são representados pelos livros didáticos ainda mantendo estereótipos do passado, fortalecendo a imagem indígena por uma visão romantizada e malevolente, que raramente corresponde à realidade experienciada pelos povos indígenas na contemporaneidade. Todavia, entendemos que os livros didáticos não constituem o *todo* no processo de desenvolvimento intelectual e social dos alunos e alunas, uma vez que o ensino, em especial o de História, campo no qual nos pautamos para pesquisa, ultrapassa os elementos conteudistas. A metodologia adotada foi à análise do livro didático sustentado por pesquisadores e escritores que tenham como alvo a diversidade cultural indígena no livro didático, o que pode ser concebido como uma fonte para a pesquisa, por ser uma fonte de produção humana e como tal vista e analisada como possibilidade de acesso às representações que dada sociedade constrói de si e do mundo, buscando sempre suporte no campo teórico da história cultural.

Palavras-chave: Livro Didático. Ensino Fundamental. História. Indígenas.

Abstract: *Based on the development of the theme “The textbook as a space for production, representation and interpretation: the indigenous issue under debate”, we aim to understand how indigenous peoples are being represented in textbooks, after the implementation of Law 11.645 / 2008, having as object of analysis the book of "History", that constitutes the "Project Buriti". Work published in 2014 by Editora Moderna, these books are adopted in the 3rd and 4th year of elementary school I, in public schools in the City of Caldas Novas - GO. The development of the theme combined with the experiences in the classroom allowed us to verify that there is a superficial and stereotyped approach to the theme, both in textbooks and in the teachers' organization when addressing the subject. Indigenous peoples are represented by textbooks, still maintaining stereotypes of the past, strengthening the indigenous image through a romanticized and malevolent vision, which rarely corresponds to the reality experienced by indigenous peoples in contemporary times. However, we understand that textbooks do not constitute the whole in the process of intellectual and social development of students, since teaching, especially History, a field in which we focus on research, goes beyond the content elements. The methodology adopted was the analysis of the textbook supported by researchers and writers who target the indigenous cultural diversity in the textbook, which can be conceived as a source for research, as it is a source of human production and as such a view and analyzed as a possibility of access to the representations that a society builds of itself and of the world, always seeking support in the theoretical field of cultural history.*

Keywords: *Textbook. Elementary School. Story. Indigenous people.*

Sumário

1-INTRODUÇÃO	09
2-A EXIBIÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL INDÍGENA PRESENTE NOS LIVROS DIDÁTICOS.....	12
3-O LIVRO DIDÁTICO COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO	18
4-CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
5-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28

1. INTRODUÇÃO

Como professora de História, ao me deparar com a obrigatoriedade de cumprir a Lei 11.645/2008 percebi certa discrepância entre o que se propunha e o que os livros didáticos utilizados nas escolas públicas da cidade de Caldas Novas-GO traziam como conteúdo a ser aplicado aos alunos em sala de aula. Ciente da necessidade de se debater e problematizar o processo histórico e cultural dos povos indígenas em sala de aula, não apenas em cumprimento à Lei, mas em concordância com a importância desses povos, compreendi que o previsto em Lei não dialoga com o material didático numa mesma perspectiva. Isso porque é comum perceber nos livros didáticos a construção e reprodução do indígena, a partir de estereótipos, deixando de lado aspectos importantes de sua cultura e de sua história, postas em lugares periféricos da sociedade e na própria construção do processo histórico do Brasil.

O interesse pelo tema se justifica por atuar como professora do Ensino Fundamental, e, na tentativa de aplicar o que diz a lei de modo que possa problematizar as construções feitas acerca da população indígena no Brasil, desde o início da colonização europeia. Tal interesse levou-me a alguns questionamentos, entre eles: como os indígenas são interpretados e representados nos livros de História? Há possibilidade de encontrarmos nos livros didáticos representações dos povos indígenas que superam as visões europeizadas a seu respeito? Como o professor pode criar formas de fugir dessas interpretações equivocadas sobre os indígenas?

Partindo dessas questões, o texto será desenvolvido tendo como objetivo compreender como as diversas etnias indígenas estão sendo representada nos livros didáticos, após a implantação da Lei 11.645/2008, tendo como objeto de análise o livro de “História”, que constitui o “Projeto Buriti”, obra publicada em 2014, pela Editora Moderna, livro adotado no 4º ano do ensino fundamental I, nas escolas públicas da Cidade de Caldas Novas – GO. Dessa forma, pensarmos em algo necessário para desenvolver formas didáticas que possibilitem que os alunos e alunas acessem outras representações sobre os povos indígenas dentro das salas de aula, nas quais possam se informar de modo mais seguro sobre esse tema tão complexo.

O presente artigo, num primeiro momento, justifica-se por entendermos que a escola é o local de formação ampla na vida dos educandos. Dentro disso, o ensino

de história deve ser utilizado pelos professores como um espaço para amplos debates, enfrentamentos e desmistificação de muitos conteúdos, que fazem parte do dia-a-dia dos alunos e alunas. É perceptível que há na sociedade brasileira incalculáveis costumes culturais, que fazem parte da formação do processo de identidade, que podem ser evidenciados no livro didático. Contudo, nem todos os grupos sociais até o momento estão presentes enquanto conteúdo do livro didático de História, o que abre possibilidades para discutirmos o espaço das sociedades indígenas nestes livros.

Isso porque o que se vê e com exatidão é a dificuldade e/ou mesmo a ausência acerca de materiais didáticos que possuem como enunciado a história e cultura dos povos indígenas. Assim como a inexistência da presença dessas comunidades e etnias no livro didático, tem-se também a representação caricaturada desses povos e seus modos de vida, que na maioria das vezes revela a marginalização desses homens e mulheres indígenas, que lutam para defender sua identidade cultural e seus direitos como cidadãos brasileiros. Como pensar em uma didática na disciplina de História para os anos iniciais do ensino fundamental que contemple com aproximações a realidade vivida pelos povos indígenas desde o processo de colonização até a contemporaneidade? Essa questão fica mais evidente ainda quando, em contato com os materiais didáticos disponíveis aos professores e alunos, percebemos uma reprodução de certo tipo de representação ainda não superada sobre os povos indígenas que cabiam/cabem serem problematizados e questionados, não somente com alunos, mas com professores de História, arte e literatura no geral.

Contudo há um impasse: existe na atualidade, primeiro, por orientação do próprio Ministério da Educação (MEC), a necessidade que o tema seja analisado e debatido de modo obrigatório em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras, segundo documento expedido pelo MEC,

“O caminho é rever conhecimentos, perceber deficiências, buscar novas formas e novas fontes de saber. O professor precisa levar para dentro da sala de aula a crítica séria e competente dos livros didáticos e o exercício de convívio na diferença, não só entre membros de sociedades diferentes, mas também entre aqueles que têm origens regionais e culturais diversas” (PORTAL MEC, DOCUMENTO TÉCNICO A P. 20).

E em seguida complementa sobre a necessidade do próprio corpo docente em continuar seu processo de aperfeiçoamento com cursos, especializações,

formação continuada entre outras formas de capacitação que possa aprimorar a forma de trabalhar com os estudantes, ampliando assim novas abordagens, sugerindo novas técnicas de pesquisas, novas fontes de informações, inclusive utilizando os diversos recursos tecnológicos que nos favorecem no ensino-aprendizagem,

“Os livros didáticos e outros materiais de apoio são apenas uma face da moeda; a outra certamente diz respeito à questão da formação do corpo docente para que possam enfrentar esta temática em sala de aula, visando o cumprimento da nova Lei”. (PORTAL MEC, DOCUMENTO TÉCNICO A P. 21).

O que se pode perceber é que ainda não alcançou de forma significativa os materiais destinados a professores e alunos, evidenciando em determinados momentos uma visão excludente dos povos indígenas, e, em outros, uma reprodução retrógrada, ultrapassada e simplista que necessita ser superada através do cumprimento da lei pelo corpo docente dentro das salas de aula.

Para chegarmos ao ponto de que esses povos fossem objetos de estudo na disciplina de história, passamos por um longo processo tanto social quanto histórico que culminou com o desfecho da promulgação da Lei 10.639/2003, que proporcionou a inserção da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos das escolas da educação básica do país. Posteriormente essa Lei foi revisada pela Lei 11.645/2008, que inclui o elemento indígena.

Art. 1º O art. 26-A da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (LDB 9493/96).

Ambas as leis podem ser percebidas como marcos para a uma nova forma de se enxergar a negritude e os indígenas no campo da história das leis educacionais no Brasil e se originam tendo como prerrogativa maior a necessidade de buscar novas formas de valorização da história e compreensão do negro e do indígena, de

forma que alunas e alunos se reconheçam como pertencentes às histórias e culturas, presentes em nossas vidas, o sentido de pertença está associado à aceitação de si nos outros, o negro enquanto sujeito de si, evidencia processos históricos de negação de si mesmo para que sintam-se pertencente, no entanto, diante de vários movimentos de resistência as comunidades afro-brasileiras e indígenas, inserem-se na busca de sua representatividade na sociedade, a lei 11.645/2008 é um marco desse processo de resistência e precisa ser compreendida nessa dimensão de significado pelos professores e pelos alunos, para que os discursos instituídos pelos livros didáticos possam ser problematizados e não apenas legitimados por nossas ações didáticas em sala de aula

Penso que tal tipo de exibição se deve ainda ao fato da narração didática relacionada à história do Brasil carregam ainda nos dias atuais uma perspectiva eurocêntrica, predominando a visão do opressor. Isso faz com que imagens de representações positivas desses povos se tornem uma preciosidade nos livros didáticos. Sabemos que suas atuações foram determinantes para mover a economia colonial, bem como formar a sociedade e a cultura do nosso país. Os livros didáticos são importantes meios de construção de um ideário de sociedade, no entanto não se devem legitimar discursos prontos que não dialogam com a realidade vivida pelos povos indígenas ao longo da história desse país, bem como de representações da cultura, pois nos deixa um espaço vago sobre a permanência da amplitude das culturas indígena na atualidade, principalmente dentro das disciplinas as quais estão direcionadas, “As teorias e as disciplinas estão demasiado ocupadas consigo mesmas para poderem responder às questões que o nosso tempo lhes coloca” (SANTOS; MENESES, 2010, p. 532).

2. A EXIBIÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL INDÍGENA PRESENTE NOS LIVROS DIDÁTICOS

O grande problema percebido é que estes povos estão sim presentes nos livros didáticos, mas são representados como se fossem todos de uma mesma etnia, de uma cultura unificada e que só viveram durante o período Colonial brasileiro. Nota-se que ao contar a história usam sempre o verbo no pretérito imperfeito: os povos indígenas viviam, moravam, comiam..., como se tais povos tivessem sido disseminados do Brasil, quiçá do mundo, um processo de desvalorização cultural.

Dessa forma, o seguinte texto foi construído tomando como base a análise de

livros didáticos de História, por meio do livro Projeto Buriti do 3º e 4º ano do Ensino Fundamental I que traz pouquíssimas páginas sobre a cultura indígena, e tais páginas deixam a desejar, pois em momento algum retrata a figura do indígena na contemporaneidade. A evidência nesses anos escolares se justifica por acreditar que nessa fase se constroem os pilares necessários para o aprimoramento do ensino aprendizagem dos anos seguintes, pois nessa fase estão aprendendo conhecer, conviver, ser e fazer. Para tanto, recorreremos como apoio teórico trabalhos já realizados no ensino fundamental como o trabalho de GOBBI Izabel, A temática indígena e a diversidade cultural nos livros didáticos de história: uma análise nos livros recomendados pelo Programa Nacional do Livro Didático, 2006, 116 fls, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal de São Carlos, 2006, que retrata a realidade antes da Lei 11.645/2008 e em seguida trabalhos como de LIMA, Jorge Ferreira, O indígena no livro didático: possibilidades e desafios no uso da linguagem imagética no ensino de História. 2016.118fls, Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Araguaína, 2016 e em artigos tais como de RAMOS Márcia Elisa Teté, CAINELLI Marlene Rosa e Oliveira Sandra Regina Ferreira de, As sociedades indígenas nos livros didáticos de História: entre avanços, lacunas e desafios, v.7, n.14, 2018, pós Lei 11.645/2008.

Podemos perceber claramente que o indígena aparece dentro desses livros didáticos sem etnia, ignorando sua diversidade étnica, cultural e histórica, onde, muitas das narrativas ainda estão preso-atracadas ao passado, em especial ao período colonial (Séculos XVI a XIX). Entendemos também, que muitos desses livros destinam um espaço ínfimo a temática, bem como há uma nítida ausência de materiais paradidáticos que possam auxiliar os professores a ampliar seu grau de compreensão sobre o referido tema.

Há exemplo do livro Projeto Buriti do 4º ano que retrata a história e cultura indígena em 03 Unidades desmembradas: na Unidade 2, três temas principais: **Os habitantes do Brasil**, distribuído em dois tópicos e imagens ilustrativas pertencentes ao passado, organograma com troncos linguístico, mapas e atividades reduzidas em duas páginas, ignorando a existência dos mesmos antes da chegada dos europeus, sabendo-se que foram os primeiros nativos de tais terras e aqui já habitavam a mais de 50 mil anos antes da invasão europeia, fato comprovado cientificamente por pesquisadores e achados arqueológicos. **O modo de vida**,

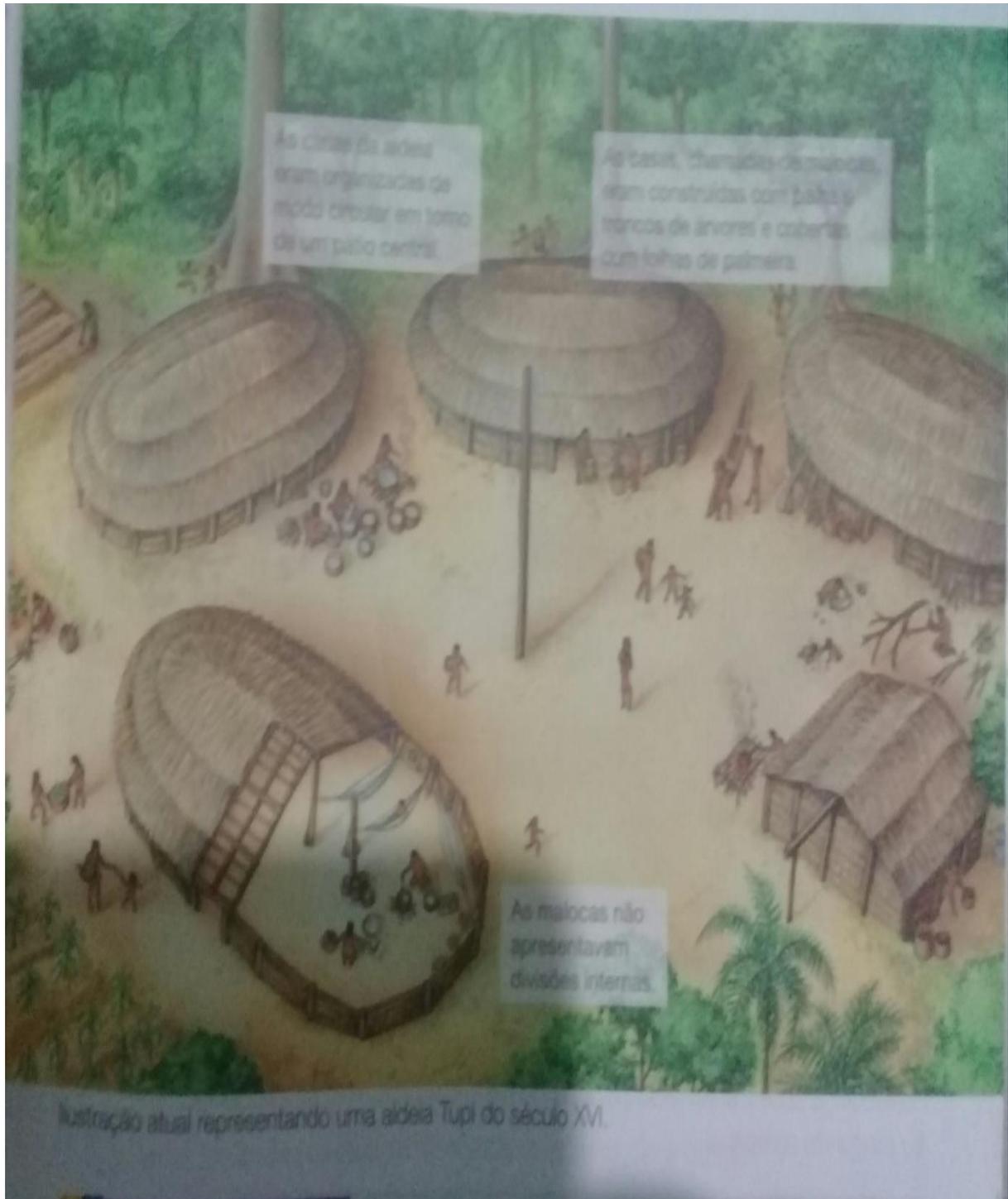
subdividido em dois tópicos: Alimentação e atividades diárias dos Tupi e A arte dos indígenas e imagem ilustrativa de uma aldeia Tupi do século XVI, restringindo a diversidade étnico-cultural e manifestando a ideia de unicidade; **Lendas e mitos indígenas** também em dois pequenos tópicos: A importância das lendas e mitos e De geração a geração, com 3 imagens ilustrativas sendo elas do Boto Rosa, Vitória-régias e um grupo indígena não especificado.

Em seguida temos mais seis páginas subdivididas em ampliação com tema: Os povos indígenas: em luta para sobreviver, com quatro tópicos e atividades, onde segundo tópico me incomodou bastante, pois apresenta os indígenas como os primeiros e naturais da terra somente porque os mesmos estão protegidos por lei, o que de fato me instigou a mais uma indagação e se tais povos não estivessem amparados pela lei, será que eles não mais existiriam? Vale lembrar que estão protegidos por lei após massacre e para impedir uma futura dizimação dos grupos. E finalizando temos O que você aprendeu com atividades sobre o tema e encerra com um texto reflexivo do escritor indígena Munduruku Daniel, O Mundo que queremos - O diário de Kaxi: um curumim descobre o Brasil. São Paulo: Salesiana, 2001. p.31-33, seguido de compreensão do texto. Essas são as abordagens principais que o livro expõe sobre a história e diversidade cultural indígena.

Subsequentes têm a Unidade 4 com tema **O início da colonização portuguesa na América** que discorre o tópico: Portugueses e indígenas: os primeiros contatos, apresentando as intenções dos colonizadores em aprender com os costumes indígenas para futuras explorações e finaliza na unidade 8 com tema **O bandeirante e a busca por riquezas** no qual encontra um tópico solto: Os indígenas e as bandeiras retratando a captura, a escravização, a resistência e a morte de milhares de indígenas em poucas páginas sendo esses tópicos, imagens e atividades.

Segue abaixo as imagens representativas contidas no livro didático acima citado, demonstrando a diversidade étnico-cultural indígena, mas sem relacionar os grupos pertencentes, novamente reduzindo ou mesmo unificando a diversidade cultural indígena. Tais imagens despertam o imaginário que todas as aldeias são iguais, que todos os grupos étnicos contam a lenda do Boto-cor-de-rosa, pois coloca na foto somente a região e não a origem indígena pertencente. A lenda da vitória-régia, uma lenda brasileira de origem indígena tupi-guarani, ela explica a origem da planta aquática que é símbolo da Amazônia, portanto não pertence aos diversos

grupos étnicos indígenas existentes, lembrando que atualmente contamos com mais de 305 etnias e mais de 300 linguagens diferentes dentro do território brasileiro, portanto não possuem as mesmas lendas, crenças e tradições.





Boto-cor-de-rosa, no lago de Acajatuba, município de Manaus, estado do Amazonas, 2012. O boto é personagem de diversas lendas indígenas.



Vitórias-régias, município de Belém, estado do Pará, 2013. A vitória-régia também faz parte de lendas dos povos indígenas.

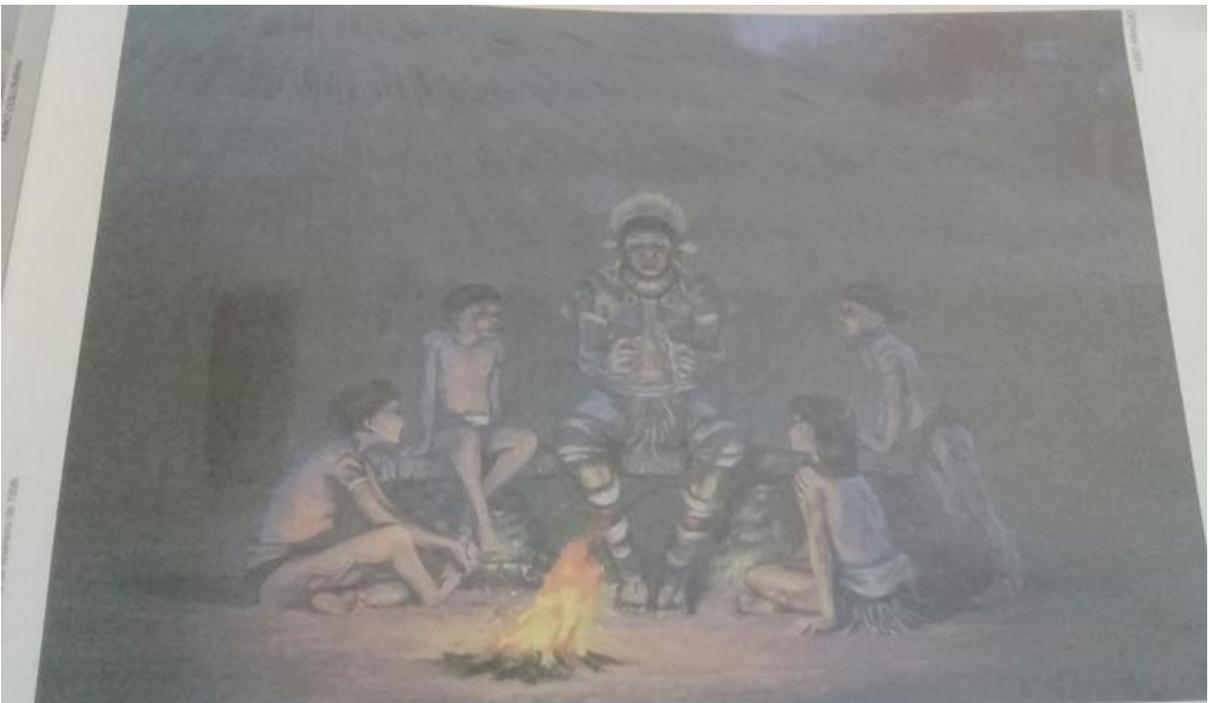


Ilustração atual representando grupo indígena reunido para ouvir histórias.

A opinião habitual nas produções didáticas atuais é a de que a diversidade cultural indígena foi extinta e apenas deixaram vestígios de sua existência nas terras brasileiras e que por fazer parte do passado, do processo de colonização necessita ser repassado pela escola, tendo um espaço demarcado dentro do livro didático de História. Isso pode ser visto não somente no livro questionado, mas em diversas edições já lidas ou mesmo trabalhadas em sala de aula. Como o livro de ALVES Alexandre e OLIVEIRA Letícia Fagundes de, *LIGAMUNDO 3º ano, 1ª edição*, São Paulo, editora Saraiva, 2017, já adaptado à BNCC, por exemplo, traz em seu componente curricular de História uma discussão levemente mais abrangente, mas com bastante escassez de informações ainda. Esse protótipo necessita ser extinto, devendo a pluralidade cultural indígena ser discutida, valorizada, não somente durante as aulas de História, mas conforme a Lei 11.645/2008 também dentro da literatura e da educação artística e também interdisciplinar, pois faz parte da raiz cultural do nosso país, somos parte dessa história, a continuidade dessa cultura, convivemos com essa diversidade em nosso cotidiano.

Ciente disso, baseamos nossa pesquisa com suporte teórico da nova história cultural, pois com o alargamento que o campo da pesquisa sofreu ao longo dos anos, as diversas mudanças e avanços, em especial, no fazer historiográfico, possibilitou que discussões de campo fossem ampliadas, e os mais diferentes sujeitos históricos, ou seja, todo homem faz história a partir das relações de trabalho, dos modos de produção, e de sua ação transformadora no espaço social cultural e, portanto foram postos como testemunhos ante aos eventos, e, por essa perspectiva, tais mudanças concretizaram-se a partir da década de 1980 quando se vislumbrou a ampliação do rol de fontes de análise histórica, rompendo com o positivismo na pesquisa histórica.

Inaugurada pela Escola dos Annales (movimento historiográfico emergido na França, ocorrido na primeira metade do século XX, que possibilitou expandir o conhecimento do cotidiano do passado, por meio da incorporação de novos tipos de fontes de pesquisa), a História Cultural surge abrindo possibilidades para novas discussões, com a utilização de novos materiais e também pela renovação dos métodos de pesquisa, apresentando caminhos alternativos para a investigação histórica, tal como apontado por Roger Chartier (1988). Assim, dentro do alargamento de fronteira do campo teórico, a História adquiriu novos parceiros, sem, contudo, negligenciar sua especificidade, que seja: a busca das ações, mudanças,

práticas e representações construídas do passado, ou seja, “das práticas sem discurso, das lutas de representações e dos efeitos performativos dos discursos” (CHARTIER, 2006, p. 29). Assim, para Chartier essa perspectiva historiográfica tem por objeto de estudo o homem, bem como as imagens construídas e reconstruídas por ele ao longo de sua história, a representatividade social e reconhecimento cultural. Para Roger Chartier,

[...] o conceito de representação é a de variabilidade e da pluralidade de compreensões (ou incompreensões) do mundo social e natural. [...] As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe [...] a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1990, p.21).

É por essa ampliação no rol das fontes e do alargamento das possibilidades de análises que o uso dos livros didáticos como fonte para a pesquisa se assenta, a cultura indígena requer discussão e valorização nos livros didáticos, que muitas vezes são a única fonte impressa, que traz informação para os alunos, principalmente os da rede pública. Por todos esses motivos a cultura indígena precisa ser repensada, ou seja, as tradições, religiosidades, culinárias, a diversidade cultural existente nas diversas etnias indígenas, considerando-se a sua atual existência e todos os sentidos produzidos historicamente, para que assim sua história desde antes mesmo da colonização, dos conflitos com a chegada dos europeus em terras por eles já habitadas, da luta incansável pela sobrevivência, da resistência, das conquistas, das derrotas e todo o processo social não se percam, particularmente se considerarmos o atual cenário, de exclusão e marginalização dessa parcela da população. Isso não deve estar restrito ao livro didático e as aulas de História, mas sim deve estar incluído no cotidiano, para que esta parte significativa da população não continue silenciada e vista na condição de barbárie e selvageria, como tem sido comum em todo esse processo histórico de colonização eurocêntrica.

3. O LIVRO DIDÁTICO COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO.

A História e Cultura Indígena constitui um tema de extrema importância na formação estudantil, pelo significado e importância que tiveram/tem durante todo o processo de formação e constituição do Brasil e ainda na contemporaneidade, não

podendo, dessa forma, ser alicerçada em estereótipos fundamentados na exclusão e dominação. Sendo assim, a escola, por se constituir um lugar de formação educacional tem como princípio norteador romper com qualquer forma de preconceito, abuso e discriminação a esse legado histórico. É inegável a caracterização similar destes povos por meio dos livros didáticos e por isso faz-se necessário um melhor esclarecimento das diferenças significativas referentes à etnia, à cultura e à história. Tudo isso pode ser obtido quando indagações sociais, históricas e culturais são problematizadas dentro da sala de aula, pois é uma possibilidade de dar visibilidade as lutas e movimentos de reconhecimento e inserção dos povos indígenas nos processos sociais da comunidade brasileira.

Neste caso, o próprio livro didático precisa ser questionado, pois ele serve, para professores e alunos, como material de apoio e por isso precisa trazer discursos e conteúdos adequados para o processo de ensino-aprendizagem. Mas quando esses discursos e conteúdos são veículos de concepções mal elaboradas? Ou seja, com distorções ou mesmo fantasias, e tais conteúdos inferem diretamente nas representações construídas e reproduzidas pelo alunado, que em diversos casos, são carregadas de preconceito e discriminação, ou quando muito reduzem a cultura e história indígena a uma leitura fantasiada e idealizada do bom selvagem. “A cultura indígena é vista pelo seu suposto déficit, pelo exotismo, pela sua “herança cultural” – supondo que o indígena é uma figura do passado –, e a diversidade dos povos indígenas é ignorada” (GRUPIONI, 1996; MOTA; RODRIGUES, 1999; BIGELI, 2018, p. 34-35).

É importante que se valorize e respeite a diversidade étnico-cultural, sendo a sala de aula um lugar propício para que isso ocorra. Faz-se necessário propor ações de reflexão sobre a identidade cultural entre culturas diferentes, entrelaçando através da prática pedagógica o respeito mútuo. Enfim, ampliar os conhecimentos acerca da cultura indígena, valorizando e respeitando a participação da mesma para o desenvolvimento, ampliação e formação da cultura e história brasileira através do tempo. “Pois a luta pelo respeito às diferenças foi gradativamente ganhando corpo, com manifestos sociais e um crescente número de adeptos reivindicando uma democracia que, de fato, atendesse às demandas de uma sociedade plural” (CUNHA, 2010, p.41).

Partimos do pressuposto de que o livro didático constitui uma importante ferramenta de trabalho para professores e alunos em sala de aula no processo de

ensino e aprendizagem. Não que outros instrumentos não possam ser utilizados, mas esse em especial na rede pública se estabeleceu como um material de apoio e instrumento de aperfeiçoamento para o ensino. Todavia, mesmo sendo um material fornecido pelo Governo gratuitamente para atender as demandas educacionais, ainda necessita ser problematizado e questionado, uma vez que deve ser concebido como material escrito e produção humana, desse modo, portador de ideologias através de seu conteúdo, do discurso produzido, bem como, sofre influências acerca do tempo e espaço da produção, bem como do currículo escolar construído com orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), discursos que disseminam a homogeneização dos povos indígenas, invisibilizando suas respectivas influências na produção histórica e cultural do nosso país. .

Com isso, o livro didático pode ser concebido como uma fonte para pesquisa e, enquanto produção humana pode ser visto e analisado como possibilidade de acesso às representações que dada sociedade constrói de si e do mundo. E foi exatamente com base nas informações contidas nesta ferramenta que foram surgindo indagações, questionamentos sobre a influência do tempo passado esquecido, presente ocultado e futuro incerto causando desconforto e buscas para tais respostas, em ações didáticas que possam dialogar com esse futuro incerto, viabilizando possíveis mudanças e rupturas com modelos até então estabelecidos, e portanto, é necessário que os livros didáticos não ignorem as pesquisas realizadas pela História e a Antropologia, na perspectiva de conhecer e compreender o outro como sujeito desse conhecimento

A elaboração do currículo é um processo permeado pelo conflito, pela negociação e pela (re)interpretação, conforme interesses divergentes sobre qual projeto social é considerado legítimo, quais conteúdos e métodos são válidos para cada disciplina escolar (GOODSON, 1995, p. 53)[

Entendemos que o processo ensino-aprendizagem é mediado por diversas ferramentas que o professor em sala de aula pode se valer para que o aprendizado aconteça da forma desejada, entre esses recursos, o livro didático se constitui uma das ferramentas mais utilizadas, pois, além de possuir um plano orientador acerca do conteúdo a ser ministrado, ele também tem em sua gênese o artifício de atender as demandas sociais, ou seja, está a dispor, gratuitamente, aos alunos e alunas das redes públicas de ensino. Corrêa (2000, p. 22) menciona que “... provavelmente,

nenhum material escolar sofreu tanto as influências das leis de mercado quanto esse”.

No entanto, compreendemos também que a implantação do livro didático possui toda uma história ligada diretamente ao contexto histórico, político, econômico e social. Como orientação do próprio Ministério da Educação (MEC), o livro precisa ser escolhido pela escola de acordo com as abordagens didáticas e sendo capaz de atender o que está proposto no projeto político-pedagógico da escola. No entanto, na prática nem sempre há essa liberdade de escolhas do livro didático.

Obviamente, não é o único recurso a ser utilizado no processo de desenvolvimento intelectual e social dos alunos e alunas, uma vez que o ensino, particularmente o de História não deve ser pautado apenas em conteúdos construídos nos livros didáticos. O aluno ao adquirir conhecimento também constrói representações sobre si e o mundo que o cerca. Conforme Bittencourt,

O conhecimento produzido por ele é categórico, característica perceptível pelo discurso unitário e simplificado que reproduz, sem possibilidade de ser contestado, como afirmam vários de seus críticos. Trata-se de textos que dificilmente são passíveis de contestação ou confronto, pois expressam ‘uma verdade’ de maneira bastante impositiva. Os livros didáticos merecem ser considerados e utilizados de acordo com suas reais possibilidades pedagógicas e cada vez mais aparece como um referencial, e não como um texto exclusivo, depositário do único conhecimento escolar posto à disposição para os alunos. (Bittencourt, 2004, p. 319, grifos do autor).

Portanto essa verdade existente dentro do livro didático limita as interpretações e as diversas representações, barra os questionamentos dos estudantes, impõe limites nas discussões, de certa forma restringe o ensino-aprendizado, além disso, de modo geral, são materiais escritos que estão em constante circulação, e por isso podem ser tomados como mecanismos de divulgação e/ou reafirmação de ideias, ideologias e representações, devendo ser utilizado como auxílio ao professor e não como única fonte de saber, posto que atualmente existam os mais diversos aparatos tecnológicos para transmitir conhecimentos e saberes mais amplo. De acordo com Fonseca,

O livro didático e a educação formal não estão descolados do contexto político e cultural e das estruturas de dominação, sendo, muitas vezes, instrumentos utilizados na legitimação de sistemas de poder, além de representativos de universos culturais específicos. (FONSECA, 1999, p. 204).

A elaboração desses materiais incorporam interesses pré-estabelecidos, mas trazem também concepções de história e sistemas de valores determinados pelos autores, em consonância com um projeto de governo, que é bem maior, o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático). Trazem uma perspectiva de que sociedade se quer formar a sociedade por meio dos materiais produzidos e dos conteúdos enfatizados. Por isso esse recurso didático não se configura apenas como sustentáculo ao processo de ensino-aprendizagem, mas também, como forma de transmissão de ideias, valores e representações, que, no entanto, precisa ser problematizado, tal como apontado por Oliveira, Guimarães, Bomény (1984, p. 111), os livros didáticos podem ser contemplados como parte do arsenal de instrumentos que compõem a instituição escolar, parte esta, por sua vez, da política educacional, que se insere num contexto histórico e social.

Assim sendo, é necessário questionar que tipo de representação os livros didáticos reproduzem e/ ou não acerca dos povos indígenas. Utilizamos neste espaço o conceito de representação a partir da compreensão de que os materiais escritos constituem um mecanismo construtor de determinadas concepções de mundo, como também, torna-se produtora de práticas e concepção sobre o passado por construir narrativas dos acontecimentos históricos sobre determinados grupos.

Com isso, entendemos que “as representações podem ser vistas como um fenômeno de produção de sentido do passado dentro do presente; estabelecendo um entrecruzamento entre as formas de como as pessoas criam e dão sentido a si e ao mundo” (Chartier, 1988), essas concepções devem ser aproximadas dos docentes no período da formação inicial, pois esse embasamento teórico-crítico não se constitui sem as devidas reflexões e pesquisas sobre a temática e o processo de ensino e aprendizagem, sendo que, dentro do processo de ensino e aprendizagem, contudo um suporte para novas opiniões, diferentes concepções de pensar a história ou os diversos grupos existentes.

O Livro didático ideal traz a importância de que os alunos tenham acesso aos objetivos, às intenções didáticas, ao conteúdo e aos conceitos metodológicos de ensino de forma clara. Sobre os conteúdos afirma (Rüsen 2010, p. 16) tem que guardar uma relação com as experiências e expectativas dos alunos. Ou seja, os materiais expostos aos alunos sejam quais forem às fontes históricas e as atividades a eles designados têm que ter sentido, tem que gerar interesse, provocar, causar questionamentos, opiniões, tem que instigar a curiosidade e o conhecimento dos

estudantes, pois é esse impulso presente na sala de aula que gera o futuro do aluno e quem comanda a seleção do material didático a ser escolhido.

Trata-se de um material que se enquadra como produto do homem, ou seja, pode ser percebido enquanto representação, por isso, como formas pelas quais os homens se expressam. Por esse ângulo, como pontuado por Corrêa (2000, p.11), primeiro o livro didático se potencializa como um tipo de material que contribui para a história do pensamento e das práticas educativas em sala de aula, depois, por ser portador de conteúdos reveladores de representações e valores predominantes num certo período de uma sociedade. Sendo assim, nos permite, enquanto pesquisadores, rediscutir intenções e projetos de construção e de formação social. Nesse sentido, o livro didático tem “marcas transitórias de comportamento modelado, mostram-se estranhas, elípticas, incoerentes, suspeitas, tendenciosas, contaminadas, vivas” (NUNES 1992, p.158).

Diante disso, é importante destacar leis que visam igualdade na sociedade, entre elas a lei 11.645/2008 que precisa ser praticada, que precisa sair do papel e fazer jus ao que está escrito, que de alguma forma possa evidenciar os povos indígenas dentro da sala, demonstrando suas diversas peculiaridades, quebrando o paradigma de meros índios, visto que índios é somente um nome dado aos diversos grupos étnicos indígenas pelos europeus e que os reduzem um único grupo. Porém, para que tal processo aconteça é necessário que o ensino de história deixe resplandecer as múltiplas colaborações das numerosas culturas e etnias existentes no Brasil. As diversas reproduções das sociedades indígenas dentro do livro didático da disciplina de História ficam demarcadas por diversas interrogações que merecem ser discutidas, a partir de fartas indagações já formuladas por outros pesquisadores e que dialogam conosco como os trabalhos realizados de *Gobbi Izabel* 2006, *Lima Jorge Ferreira* 2016; que desenvolveram pesquisas sobre a temática indígena no livro didático antes Lei e pós Lei.

Conquanto que a produção do livro didático tenha como intenção dar soluções complacentes às petições estabelecidas pela lei 11.645/2008 constando obrigatoriedade das escolas da educação básica incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena conteúdo de história e outras disciplinas. Entretanto, fica evidente que o mesmo é falho porque traz representações/reproduções estas ainda não superadas, enraizados no passado, referenciando como única cultura, ou seja, informações

antiquadas dos povos indígenas, os indígenas são aculturados, atrasados, povos sem história, representados de formas folclóricas e clichês, que não rompem com os estereótipos comuns dos livros antes do estabelecimento da lei, deixando assim repetir um contexto contraditório ao que a lei impõe.

Contudo, é perceptível que tais povos estão representados, mas tais representações não são suficientes para que alunos e professores, a partir do mencionado livro, tenham condições de construir outras interpretações, novos questionamentos, que provoque novas buscas, novas pesquisas, que instiguem novos conhecimentos das diversas culturas indígenas existentes. O livro didático da disciplina de História da Coleção Projeto Buriti é um aparato de ensino-aprendizagem caracterizado para o estudo da história nos anos iniciais do ensino fundamental I, e são subdivididos em quatro volumes e destinados ao 2º, 3º, 4º e 5º anos, que carregam em seu interior temas importantíssimos, mas que camuflam ou subtraem quanto à grandeza da cultura indígena, inclusive no que se diz a leitura imagética, onde praticamente unifica ou reduz a simples índios.

O índio contido nas poucas páginas do livro didático aparece sem história, com um passado ignorado e com um presente limitado pelos brancos, posto que as citações aos indígenas só aconteçam a partir da presença dos portugueses no Brasil, momento qual são expostos ao mundo juntamente com a história da chegada dos europeus no país. Outro fato é que em ambos os exemplares os indígenas são colocados sem narrativa, sem um contexto histórico e sem uma continuidade, como já dito antes, como se não existissem mais. O grande problema é que o tema não é ressaltado de como os indígenas estão presentes atualmente, não aprofunda sobre os conflitos ou problemáticas enfrentadas por eles nos locais onde vivem. Voltemos à imagem ilustrativa da página 27 anexada acima que representa uma aldeia Tupi do século XVI, será que ainda permanecem estáticas, não houve durante esse longo período de tempo nenhum processo de reconstrução dessa sociedade? Não podemos esquecer as invasões, as escravizações, os desmatamentos e o isolamento necessário para preservarem sua herança biológica, social e cultural.

A ideia contida no livro sempre se repete que os indígenas são todos iguais, exemplo: apesar da grande diversidade, havia características comuns a quase todos os indígenas trecho do tema A diversidade dos povos indígenas; Projeto Buriti 4º ano página 24, livro acima citado e analisado, ficando então difícil à compreensão, se é a diversidade como são características comuns a quase todos os indígenas? O

que está dito não representa a cultura indígena por sua amplitude e complexidade, levando então a omissão sobre os vários elementos e aspectos que compõem a compreensão do indígena como portador de uma cultura. Isso porque em momento algum há referências sobre a diversidade das culturas ou povos indígenas, mesmo quando ocorrem insinuações sobre as diversas etnias indígenas, estas são usadas somente como nomenclaturas, reforçando a imagem de que são todos iguais e retrógrados, não trazem a historicidade indígena, não desenvolvem amplamente o tema, não conseguem superar interpretações recorrentes na construção da história dos povos indígenas no Brasil.

Assim, não se aprofundam sobre a historicidade nos conteúdos sobre os povos indígenas, não ressaltando sua importância como personagens ativos. Dessa forma, mascara-se todo o processo de lutas em prol da preservação e da posse de suas terras, durante todo o período da colonização brasileira até a contemporaneidade. Da mesma forma, não se tem referências quanto à situação de povos indígenas, que pelo processo de marginalização sofrido se encontra nas periferias das cidades ou isolados em aldeias urbanas, como se estes só pudessem ser denominados de indígenas por habitarem as aldeias e nas matas. Lembrando que estamos vivendo no século XXI e que existem milhões deles na sociedade, agentes ativos, alunos de escolas regulares, profissionais liberais, assalariados, que com certeza se entristecem ao não serem reconhecidos como indígenas simplesmente por não estarem produzidos e não morarem mais nas matas/florestas, como costumamos aprender nos livros didáticos.

A produção dos livros didáticos ainda trazem ideias e conceitos reproduzidos de acordo com a visão eurocêntrica, nas quais os povos indígenas foram reles colaboradores braçais, ou seja, mão-de-obra barata ou mesmo escravizada para cortar o pau-brasil e transportá-lo até os navios que iriam para Europa e que se mantiveram estagnados no passado, e não fazem parte da contemporaneidade, esquecendo-se de toda a herança cultural indígena herdada, da arte, o cultivo, a medicina através das plantas que curam diversas doenças, a caça, a pesca, a culinária dentre outras tantas. No geral, as representações dos povos indígenas contêm algumas características generalizadas, como as referências a eles apenas no passado, e ao se referir a eles no presente como incapazes ou indolentes, como, por exemplo, quanto ao fato de trazer referências a eles com destaque para o fato de não acompanharem a tecnologia, ou ainda, por serem representados na

atualidade nus, com arcos e flechas, usando penachos e ainda com imagens e ilustrações que não condiz com a diversidade cultural indígena. Assim, associados ao bom selvagem ou a aversão ao trabalho... Bom selvagem porque depois de capturados como se fossem animais selvagens, obedeciam e serviam aos colonos bandeirantes ou aversão ao trabalho porque não queriam ser escravizados e fugiam ou mesmo revidavam aos diversos ataques para manter a sua liberdade e assim carregando a fama de preguiçosos.

Contudo, a efetivação da história e cultura indígena na sala de aula da educação básica conforme a lei 11.645/2008 requer pensar muito além dessa imagem retrógrada e europeizada, com representações ultrapassadas. Tudo isso aponta para a importância de novas pesquisas, que consigam produzir narrativas melhores contextualizadas e atuais. Isso porque acreditamos que as representações precisam vir a partir das pesquisas científicas que problematizem as produções oficiais e que possam representar esses povos que de fato deu origem ao que somos hoje, já que oficialmente não se tem demonstrado a intenção de inseri-los como agentes transformadores no processo sociocultural brasileiro. Pesquisas que aprofundem no diálogo crítico e reflexivo do movimento de inserção de uma educação étnico-racial emancipatória e não excludentes em suas práticas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A negação da diversidade da cultura indígena enquanto sujeito da sua história nos livros didáticos de 3º e 4º ano analisados são evidentes, a busca pelo reconhecimento desses grupos étnicos minoritários é um caminho longo que teremos que enfrentar, atualmente têm presenciado momentos difíceis que a cultura indígena vem enfrentando, e que talvez se apague como fato histórico ou que jamais faça parte do conteúdo a ser estudado por alunos e alunas num futuro próximo, visto que como dito o livro didático possui toda uma história e essa está diretamente ligada a contexto histórico, político, econômico e social uma vez que esse material se enquadra como produto do homem, ou seja, pode ser percebido enquanto representação, por isso, como formas pelas quais os homens se expressam tanto para esclarecimento e explanação de fatos, mas também infelizmente para ocultação dos mesmos. Mecanismos de poder que está a serviço da formação da sociedade para o ideário dominante, ideário este que marginaliza povos e grupos

raciais, objetivando a manutenção de poder e capital. O conhecimento que liberta ameaça o poderio neoliberal.

No decorrer das pesquisas, leituras e debates nota-se possíveis ampliações, mesmo que discreta sobre a cultura indígena em alguns livros mais atuais, reformulados e adaptados pela BNCC, mas nada do que ainda almejamos para romper tais paradigmas sobre a cultura dita. No que se refere às atividades, o livro didático necessita repensar as suas propostas, elaborar questionamentos que visam uma prática reflexiva e atualizada no que diz respeito à situação dos povos indígenas do Brasil.

Podemos considerar como fato inovador o livro didático destinar um capítulo exclusivo para mencionar os indígenas do Brasil, pois como podemos ver anteriormente, o indígena mal aparecia nos manuais didáticos e através da análise dos livros didáticos detectamos pequenas mudanças em relação à forma de tratar o indígena, como já citados acima, contudo lamentamos, pois esses aspectos ainda são apresentados de maneira breve, quando não inadequada em alguns livros do ensino de História.

Contudo mudanças significativas na forma de tratar os diversos povos indígenas do Brasil nos manuais didáticos ainda são necessárias, repensar a importância de explorar a presença do indígena no processo histórico, de identidade e de cultura, para então em algum momento da história, possamos atingir a tão sonhada igualdade social, para tanto, consideramos ser essencial compreendermos a cultura indígena em sua multiplicidade e historicidade, para tal as pesquisas acadêmicas sobre a temática apresentada e a formação tanto inicial como continuada do corpo docente devem se aproximar cada dia mais para assim alavancarmos para um caminho mais seguro.

Os povos indígenas importam para a compreensão da História brasileira, podendo estar onde quiser e ser um indígena contemporâneo que transita da aldeia à cidade sem deixar de ser indígena, sem perder suas características e deixando claro a todos que eles ainda existem e que como sempre deixarão histórias de lutas, derrotas e conquistas, e que a história e a diversidade cultural desses povos nunca fiquem ocultas nos livros, sejam eles didáticos, paradidáticos, literários, ficção, resistência..., seja onde for e como for eles estarão presentes.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bardin Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977.
- BIGELI, Maria Cristina F. **Ensino de história e cultura indígena: os discursos do Currículo**. São Paulo Faz Escola (2014-2017) e dos docentes de História. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Assis, 2018.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BLOCH, March. **Apologia da história: ou o ofício do historiador**. Tradução de André Teles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.
- BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sári Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Tradução: Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.
- CHARTIER, Roger. **A nova história cultural existe?** In: PESSAVENTO, Sandra. História e linguagens. RJ: 7Letras, 2006, pp. 29-44.
- CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa / Rio de Janeiro: Difel / Bertrand do Brasil, 1988.
- CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. **O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação**. In: Cadernos Cedes, ano XX, n 11 o 52, novembro/2000, p 11 e 22.
- CUNHA, Rejane Cristine Santana. **O Fogo de 51: reminiscências Pataxó**. Dissertação de mestrado apresentado à UNEB, Santo Antônio de Jesus, 2010.
- DOCUMENTO técnico historia cultura povos indígenas – **Portal MEC**, Disponível em :http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=34951-documento-tecnico-historia-cultura-povos-indigenas-pdf&Itemid=30192
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOBBI, Izabel. **A temática indígena e a diversidade cultural nos livros didáticos de história: uma análise dos livros recomendados pelo Programa Nacional do Livro Didático**. 2006. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) –

Universidade Federal de São Carlos, 2006.
<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1448>.

GOODSON, Ivor. **Historia del Currículum: la construcción social de las disciplinas escolares**. Barcelona: Pomares-Corredor, 1995.

GRUPIONI, Luis Donisete B. **Imagens contraditórias e fragmentadas: sobre o lugar dos índios no livro didático**.

GUIAS do programa nacional do livro didático - **Portal MEC**, Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/pnaes/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12637-guias-do-programa-nacional-do-livro-didatico>.

Janeiro: Memória e Sociedade, 1990, p. 21.

Lei 11.645/2008 e 10 de março de 2008 - Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" **LDB 9.394/96/Planalto**, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-010/2008/lei/L11645.htm

LIMA, Jorge Ferreira. **O indígena no livro didático: possibilidades e desafios no uso da linguagem imagética no ensino de História**. 2016.118f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Araguaína, 2016.
<http://hdl.handle.net/11612/397>.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. **O livro didático de História: Lugar de memória e formador de identidades**. In: Simpósio Nacional da Associação Nacional de História, 20, Florianópolis, 1999. História: fronteiras / Associação nacional de História. São Paulo: Humanitas, FFLCH, ANPUH, 1999.

MOTA, Lúcio Tadeu; RODRIGUES, Isabel Cristina. **A questão indígena no livro didático “Toda História”**. **História & Ensino**. Londrina, v. 5, p. 41-59, out. 1999.

NUNES, C. **Historiografia da educação brasileira: Novas abordagens de velhos objetos**. Teoria e Educação, 6, 1992.

OLIVEIRA, João Batista Araújo; GUIMARÃES, Sônia Dantas Pinto; BOMÉNY, Helena Maria Bousquet. **A política do livro didático**. São Paulo: Sammus, 1984.

RAMOS Márcia Elisa Teté, CAINELLI Marlene Rosa e Oliveira Sandra Regina Ferreira de, **As sociedades indígenas nos livros didáticos de História: entre avanços, lacunas e desafios**, v.7, n.14, 2018.
<https://doi.org/10.20949/rhhj.v7i14.471>.

Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 77, n. 186, p. 422-437, maio/ago. 1996.

RÜSEN, Jörn, **Ensino de História**. Organizadores: Maria Auxiliadora Schimidt, Isabel Santos, Boaventura de Sousa; Maria Paula Meneses. Da colonialidade à descolonialidade. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.